

A "outra" economia

RUI LEÃO MARTINHO

DIRECTOR

Este é o primeiro número dos Cadernos de Economia deste ano de 2011. É, igualmente, a primeira edição desta publicação em que me cabe a responsabilidade de, como Director, vos endereçar algumas palavras. De facto, só no início de Janeiro fui empossado como Bastonário e, após muitos anos de colaboração com os Cadernos como autor de algumas reflexões sobre aspectos vários da Economia, compete-me agora transmitir-vos as minhas saudações e uma ideia geral sobre o tema que atravessa a presente edição.

Numa altura de tanta preocupação e de tanta dúvida quanto ao caminho a seguir, nada mais adequado do que ler alguns dos nossos melhores acerca da economia social, dos seus ganhos ao longo dos anos, da vivência em Portugal e noutros países e do que pode vir a ser o futuro.

Um naipe de profissionais, quer do mundo académico, quer do mundo empresarial, escreve e disserta sobre estas temáticas e permite-nos concluir que o caminho já feito tem as suas virtualidades e ganhos adquiridos, embora deva ser corrigido de acordo com a situação económica e financeira que se vive e que deve ser prosseguido adequando-o ao tempo e às condições presentes.

Na verdade, Portugal enfrenta uma crise económica, financeira e social derivada de problemas que vêm de longe e nunca foram resolvidos, alavancada pela crise internacional que nos assola desde há mais de três anos. O resultado destes anos perdidos espelha-se nos elevados níveis de endividamento público e privado, nos défices orçamentais acumulados, no aumento do défice externo, na falta de resposta da nossa economia, a que se irá juntar o custo de socialização das perdas da desalavancagem financeira que já está em curso.

A necessidade imperiosa de mudarmos de vida, modificar os hábitos de consumo, incrementar a poupança de famílias e empresas, repor valores éticos e valorizar o mérito ainda torna mais imperioso que se pense na economia social como uma instituição imprescindível para o crescimento económico estável e sustentável ao serviço das pessoas, levando a uma mais importante participação e responsabilização, quer individual, quer colectiva.

A desalavancagem que, habitualmente, se refere à área financeira deve também entender-se como um processo que deve passar pelo reconhecimento da economia social como originadora de valor, de progresso e de coesão.

Serão, decerto, anos de trabalho e esforço, mas se o fizermos com aplicação, entusiasmo e profissionalismo certamente emergirá uma nova estrutura de sociedade, diversa daquela que hoje vivemos, com uma mais sã orientação, mais competitiva, inovadora e produtiva e onde a economia social e a intervenção cívica têm relevância para o desenvolvimento sustentável a que aspiramos, encontrando finalmente equilíbrios fundamentais e perduráveis. 